

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício e de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1) Política Operacional

Em 2015, o Sicoob Centro-Serrano completou 27 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2) Nosso Desempenho
2.1) Retornos

		%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Varição
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	32,11	28,36	3,75
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	5,14	4,67	0,47

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	56.980	41.647	36,82
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.765	12.713	63,34
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.443	1.845	32,41
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	9.023	7.423	21,55
Receitas com Ato Não Cooperativo	1.896	1.712	10,75
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	27.367	26.732	2,38
Despesas Tributárias	360	253	42,29
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.031	4.212	-28,04
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.508	5.691	14,36
Juros ao Capital	7.389	5.121	44,29
Sobras do exercício	18.517	13.249	39,76

Contribuíram para a evolução do Sobra do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 21,55%, o resultado da intermediação financeira cresceu 36,82%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 32,41% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 10,75% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, fosse de 2,38%, percentual bem inferior a inflação do período.

Houve um aumento de 14,36% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 32,97%, 5,20 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2014.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R\$ 7.389 mil referente a juros ao capital, que é 44,29 % maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobra do exercício teve um crescimento significativo de 39,76% em relação ao mesmo período de 2014.

2.3) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Ativos Totais	559.040	451.866	23,72
Centralização Financeira	67.078	46.468	44,35
Carteira de Crédito	473.742	379.879	24,71
Depósitos	271.493	199.486	36,10
Patrimônio Líquido	103.413	82.027	26,07
Patrimônio de Referência (PR)	103.408	75.560	36,86

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R\$ 559.040 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 23,72% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 473.742 mil, com crescimento de 24,71% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 36,10% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R\$ 271.493 mil.

O patrimônio líquido cresceu 26,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 103.413 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 2,49%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2015			31/12/2014			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	155.599	6.873	162.472	141.022	7.117	148.139	14.333	9,68%
Empréstimos	91.467	169.972	261.439	83.922	105.243	189.165	72.274	38,21%
Títulos descontados	11.367	23.293	34.660	9.903	19.916	29.819	4.841	16,23%
Conta Corrente	5.735	9.435	15.170	5.028	7.727	12.755	2.415	18,93%
Total	264.168	209.573	473.741	239.875	140.003	379.878	93.863	24,71%

3) Pessoas

Contávamos com 164 colaboradores no final do exercício de 2015, desses 95% possuem ensino superior e 55% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 12.869 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 91,91% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 3.849 de 25/03/2010 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 30 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 26 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de (quinze) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 31 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração.

Balanco Patrimonial (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		350.388	269.562
Disponibilidades		3.823	3.850
Títulos e Valores Mobiliários	3	817	3.938
Carteira Própria		817	3.938
Relações Interfinanceiras	4	67.078	46.468
Centralização Financeira - Cooperativas		67.078	46.468
Operações de Crédito	5	276.080	213.847
Empréstimos e Títulos Descontados		198.789	145.438
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		106.716	86.971
(-) Provisão para Operações de Crédito		(29.425)	(18.562)
Outros Créditos	6	1.991	1.174
Rendas a Receber		1.091	809
Diversos		900	365
Outros Valores e Bens	7	599	285
Outros Valores e Bens		588	254
Despesa Antecipada		11	31
Não Circulante		208.652	182.304
Realizável a Longo Prazo		189.496	166.110
Títulos e Valores Mobiliários	3	19.168	16.536
Carteira Própria		19.168	16.536
Operações de Crédito	5	168.237	147.470
Empréstimos e Títulos Descontados		112.480	86.302
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		55.757	61.168
Outros Créditos	6	2.091	2.104
Diversos		2.091	2.104
Permanente		19.156	16.194
Investimentos	8	13.387	10.152
Participação em Cooperativas		13.387	10.152
Imobilizado de Uso	9	5.587	5.167
Imóveis de Uso		2.695	2.695
Outras Imobilizações de Uso		6.826	5.211
(-) Depreciação Acumulada		(3.934)	(2.739)
Intangível	10	182	236
Ativos Intangíveis		499	497
(-) Amortização Acumulada		(317)	(261)
Diferido	11	-	639
Gastos de Organização e Expansão		147	1.291
(-) Amortização Acumulada		(147)	(652)
TOTAL		559.040	451.866
PASSIVO			
Circulante		381.987	290.140
Depósitos	12	271.415	199.486
Depósito à Vista		54.994	50.113
Depósito Sob Aviso		6.146	6.198
Depósito a Prazo		210.275	143.175
Relações Interfinanceiras		88.990	1
Repasse Interfinanceiros	13.1	88.989	-
Correspondentes		1	1
Relações Interdependências	14	5.854	42
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.854	42
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	4.147	74.007
Empréstimos no País - Outras Instituições		4.147	74.007
Obrig.Por Repasses do País - Instit.Oficiais	13.2	24	95
Outras Instituições		24	95
Outras Obrigações		11.557	16.509
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	80	63
Sociais e Estatutárias	15.1	6.563	4.254
Fiscais e Previdenciárias	15.2	862	1.536
Diversas	15.3	4.052	10.656
Não Circulante		73.640	79.699
Exigível a Longo Prazo		71.616	-
Depósitos	12	78	-
Depósito a Prazo		78	-
Relações Interfinanceiras	13.1	71.538	-
Repasse Interfinanceiros		71.538	-
Obrigações Por Empréstimos	13.2	-	77.749
Empréstimos no País - Outras Instit.		-	77.749
Obrig.Por Repasses do País - Instit.Oficiais	13.2	48	-
Outras Instituições		48	-
Outras Obrigações	15.3	1.976	1.950
Diversas		1.976	1.950
Patrimônio Líquido	17	103.413	82.027
Capital Social		61.926	51.931
De Domiciliados no País		62.143	52.048
(-) Capital a Realizar		(217)	(117)
Reserva de Sobras		34.566	25.049
Sobras Acumuladas		6.921	5.047
TOTAL		559.040	451.866

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2015	31/12 2015	31/12 2014
Ingressos da Intermediação Financeira		46.813	87.196	60.282
Operações de Crédito		45.492	84.743	58.464
Resultado de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		1.321	2.453	1.818
Dispêndios da Intermediação Financeira		(25.619)	(50.523)	(31.348)
Operações de Captação no Mercado		(13.454)	(22.622)	(13.003)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(4.110)	(7.594)	(5.632)
Provisão para Operações de Créditos		(8.055)	(20.307)	(12.713)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		21.194	36.673	28.934
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		(4.799)	(9.478)	(9.584)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.148	4.056	2.891
Rendas (Ingressos) de Tarifas		2.598	4.967	4.532
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(6.634)	(12.869)	(12.237)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(6.289)	(12.004)	(10.499)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(183)	(360)	(253)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		4.242	6.508	5.691
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	1.545	3.176	4.287
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(2.226)	(2.952)	(3.996)
Resultado Operacional		16.395	27.195	19.350
Resultado Não Operacional	22	(122)	(145)	(75)
Resultado Antes da Tributação e Participações		16.273	27.050	19.275
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(336)
Participações nos Resultados de Empregados		(650)	(1.144)	(569)
Sobras / Perdas antes das Destinações		15.623	25.906	18.370
Destinações legais e Estatutárias		-	(11.596)	(8.202)
F.A.T.E.S.			(2.079)	(1.262)
Reserva Legal			(9.517)	(6.940)
Resultado antes do Juros ao Capital		15.623	14.310	10.168
Juros ao Capital	19	(7.389)	(7.389)	(5.121)
Sobras / Perdas Líquidas		8.234	6.921	5.047

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldos em 31/12/13	43.628	(83)	17.109	4.937	65.591
Dest. de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			1.000	(1.000)	-
Ao Capital	3.914			(3.914)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(23)	(23)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.594	(34)			2.560
Por Devolução (-)	(2.345)				(2.345)
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				18.370	18.370
Provisão de Juros ao Capital				(5.121)	(5.121)
Subscrição do Juros ao Capital	5.001				5.001
IRRF sobre Juros ao Capital	(744)				(744)
Fates Atos Não Cooperativos				(631)	(631)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			6.940	(6.940)	-
. F.A.T.E.S				(631)	(631)
Saldos em 31/12/14	52.048	(117)	25.049	5.047	82.027
Saldos em 31/12/14	52.048	(117)	25.049	5.047	82.027
Dest. de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	4.990			(4.990)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(57)	(57)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.747	(100)			2.647
Por Devolução (-)	(3.324)				(3.324)
Estorno de Capital	(4)				(4)
Sobras ou Perdas Líquidas				25.906	25.906
Provisão de Juros ao Capital				(7.389)	(7.389)
Subscrição do Juros ao Capital	7.259				7.259
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.398)				(1.398)
IRRF sobre Juros ao Capital	(175)				(175)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.214)	(1,214)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			9.517	(9.517)	-
. F.A.T.E.S				(865)	(865)
Saldos em 31/12/15	62.143	(217)	34.566	6.921	103.413
Saldos em 30/06/15	56.829	(171)	25.049	10.283	91.990
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.309	(46)			1.263
Por Devolução (-)	(1.679)				(1,679)
Estorno de Capital	(2)				(2)
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				15.623	15.623
Provisão de Juros ao Capital				(7.389)	(7,389)
Subscrição do Juros ao Capital	7.259				7,259
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.398)				(1,398)
IRRF sobre Juros ao Capital	(175)				(175)
Fates Atos Não Cooperativos				(1,214)	(1,214)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			9.517	(9,517)	-
. F.A.T.E.S				(865)	(865)
Saldos em 31/12/15	62.143	(217)	34.566	6.921	103.413

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	16.273	27.050	19.275
IRPJ / CSLL	-	-	(336)
Participações nos Resultados de Empregados	(650)	(1.144)	(569)
Depreciações e Amortizações	499	983	864
Provisão de Juros ao Capital	(7.389)	(7.389)	(5.121)
Provisão para perda com operações de crédito	8.055	20.307	12.713
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	12	20	7
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	(15)	(37)
	16.800	39.812	26.796
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(896)	490	(9.825)
Relações Interfinanceiras	197	-	-
Operações de Crédito	(42.565)	(103.307)	(106.112)
Outros Créditos	(388)	(804)	(526)
Outros Valores e Bens	(273)	(314)	(173)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	3.105	4.881	11.014
Depósitos sob Aviso	110	(52)	(525)
Depósitos a Prazo	20.085	67.178	37.791
Outras Obrigações	2.040	(5.057)	854
Relações Interfinanceiras	160.528	160.527	1
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(153.065)	(147.632)	44.193
Relações Interdependências	5.785	5.812	16
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	11.463	21.534	3.504
Atividades de Investimentos			
Recebimento de Venda Imobilizações de Uso	-	44	165
Aplicação no Intangível	-	-	(18)
Aplicação no Diferido	-	(46)	(166)
Inversões em Imobilizado de Uso	(126)	(713)	(1.455)
Inversões em Investimentos	(573)	(3.235)	(1.705)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(699)	(3.950)	(3.179)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.263	2.647	2.560
Devolução de Capital à Cooperados	(1.679)	(3.324)	(2.345)
Estorno de Capital	(2)	(4)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(57)	(23)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.214)	(1.214)	(631)
FATES Sobras Exercício	(865)	(865)	(631)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	130	130	120
Subscrição do Juros ao Capital	7.259	7.259	5.001
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.398)	(1.398)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(175)	(175)	(744)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	3.319	2.999	3.307
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	14.083	20.583	3.632
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	56.818	50.318	46.686
No Fim do Período	70.901	70.901	50.318
Varição Líquida das Disponibilidades	14.083	20.583	3.632

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29 de setembro de 1988, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2006 ocorreu a transformação do SICOOB CENTRO-SERRANO para entidade de "Livre Admissão de Associados", aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 07/08/2006.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 15/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	3.823	3.850
Relações interfinanceiras - centralização financeira	67.078	46.468
TOTAL	70.901	50.318

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2015** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subseqüentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subseqüente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2015**

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2015 e 2014**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Título De Renda Fixa	19.985	20.474
TOTAL	19.985	20.474

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL ES**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2015 e 2014**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira - Cooperativas	67.078	46.468
TOTAL	67.078	46.468

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL ES**.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	658	-	658	639
Empréstimos	146.575	89.295	235.870	148.037
Títulos Descontados	34.659	-	34.659	29.819
Financiamentos	16.897	23.186	40.083	53.245
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	106.716	55.756	162.472	148.139
(-) Provisões para Operações de Crédito	29.425	-	29.425	18.562
TOTAL	276.080	182.922	444.317	361.317

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2015		31/12/2014	
					Total 2015	Prov. 2015	Total 2014	Prov. 2014
AA - Nor.	13.782	-	342	-	14.124	-	6.419	-
A 0,5% Nor.	83.947	3.369	14.696	35.863	137.875	689	126.342	631
B 1% Nor.	96.625	7.885	14.128	115.663	234.301	2.343	183.191	1.832
B 1% Venc.	1.667	2	587	206	2.462	25	2.968	30
C 3% Nor.	23.162	1.759	5.867	8.796	39.584	1.188	34.425	1.033
C 3% Venc.	4.645	20	1.701	690	7.056	212	2.370	71
D 10% Nor.	2.648	788	108	346	3.890	389	3.569	357
D 10% Venc.	3.854	57	412	112	4.435	442	1.594	159
E 30% Nor.	3.361	190	23	292	3.866	1.160	2.886	866
E 30% Venc.	2.040	41	188	54	2.323	697	1.891	567
F 50% Nor.	328	58	23	179	588	294	381	191
F 50% Venc.	1.400	22	82	33	1.537	768	788	394
G 70% Nor.	237	133	24	35	429	300	847	593
G 70% Venc.	920	49	209	0	1.178	824	1.233	863
H 100% Nor.	3.141	543	350	107	4.141	4.141	4.685	4.685
H 100% Venc.	14.256	255	1.345	97	15.953	15.953	6.290	6.290
Total Normal	227.231	14.725	35.561	161.281	438.798	10.504	362.745	10.188
Total Vencidos	28.782	446	4.524	1.192	34.944	18.921	17.134	8.374
Total Geral	256.013	15.171	40.085	162.473	473.742	29.425	379.879	18.562
Provisões	23.578	1.269	2.473	2.106	29.425	-	18.562	-
Total Líquido	232.435	13.902	37.612	160.367	444.317	-	361.317	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	45.285	86.777	89.294	221.356

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

Títulos Descontados	32.833	1.824	0	34.657
Financiamentos	5.183	11.716	23.186	40.085
Financiamentos Rurais	24.139	82.577	55.757	162.473
TOTAL	107.440	182.894	168.237	458.571

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financ.	Título Descontado	Crédito Rural	31/12 2015	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.608	52.321	6.657	0	62.586	13%
Setor Privado - Indústria	661	7.886	1.689	0	10.236	2%
Setor Privado - Serviços	5.075	96.782	12.364	617	114.838	24%
Pessoa Física	5.735	91.467	11.367	155.599	264.168	56%
Outros	92	12.985	2.580	6.257	21.914	5%
TOTAL	15.171	261.441	34.657	162.473	473.742	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	18.562	14.519
Constituições	20.299	12.712
Transferência para prejuízo	(9.436)	(8.669)
TOTAL	29.425	18.562

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Devedor	9.234	1,95%	6.901	1,82%
10 Maiores Devedores	59.134	12,48%	41.785	11,00%
50 Maiores Devedores	120.403	25,42%	88.391	23,27%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	15.865	9.002
Valor das operações transferidas no período	9.436	8.669
Valor das operações recuperadas no período	(2.329)	(1.860)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	212	94
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(85)	(40)
TOTAL	23.099	15.865

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Rendas A Receber	1.091	809
Serviços Prestados a Receber	196	22
Outras Rendas a Receber (a)	895	787
Diversos	2.991	2.469
Adiantamentos e Antecipações Salariais	161	111
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	12	13
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.091	2.105
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	443	-
Pagamentos a Ressarcir	64	34
Títulos e Créditos a Receber	174	132
Devedores Diversos – País	46	74
TOTAL	4.082	3.278

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 805 mil

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 295), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.551) e outros (R\$ 245).

(c) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bens Não de Uso Próprio (a)	533	214
Material em Estoque	55	40
Despesas Antecipadas (b)	11	31
TOTAL	599	285

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Participações em cooperativa central de crédito	9.074	7.240
Participações inst financ controlada coop crédito	4.313	2.912
TOTAL	13.387	10.152

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calcula-

das pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Taxa Deprec.
Imobilizado em Curso	44	354	(*)
Terrenos	81	81	-
Edificações	2.614	2.614	4%
Instalações	2.048	461	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.178	1.878	10%
Sistema de Comunicação	168	133	10%
Sistema de Processamento de Dados	1.615	1.608	20%
Sistema de Segurança	602	553	10%
Sistema de Transporte	171	224	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-3.934	-2.739	
TOTAL	5.587	5.167	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Outros Ativos Intangíveis	499	497
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-317	-261
TOTAL	182	236

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 11 (onze) licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 2009, 2012 e 2013 da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos em Imóveis de Terceiros	38	1.034
Constituição e Reestruturação da Sociedade	0	148
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	109	109
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-147	-652
TOTAL	0	639

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	54.994	50.113
Depósito Sob Aviso	6.146	6.198
Depósito a Prazo	210.353	143.175
TOTAL	271.493	199.486

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Depositante	5.800	2,12%	4.101	2,08%
10 Maiores Depositantes	21.113	7,73%	18.581	9,43%
50 Maiores Depositantes	54.046	19,78%	44.386	22,51%

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

No segundo semestre de 2015 os recursos de repasse contratos com o Bancoob e Sicoob Central ES foram reclassificados de obrigações por empréstimos e repasses para o grupo de relações interfinanceiras, para melhor adequação a natureza dos contratos.

13.1 Relações Interfinanceiras:

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12/2014
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	80.718	63.952	-
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	8.271	7.586	-
Total			88.989	71.538	-

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12/2014
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	4.147	-	6.962
BANCOOB	Diversas	Diversos	-	-	144.794
HSBC	Diversas	Diversos	24	48	95
Total			4.171	48	151.851

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	6.522	4.935
Sicoob Central ES	1.071	693
HSBC	1	4
Total	7.594	5.632

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	5.801	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	53	42
Total	5.854	42

a) Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.043	569
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	3.233	1.974
Gratificações e Participações a Pagar (c)	90	0
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.197	1.711
TOTAL	6.563	4.254

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.043 (um milhão e quarenta e três mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 29/01/16.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a participações nos Resultados a serem pagas aos Empregados.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0	116
Impostos e contribuições a recolher	862	1.420
TOTAL	862	1.536

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos	-	6.030
Despesas de Pessoal	991	1.008
Outras Despesas Administrativas (a)	875	1.724
Credores Diversos – País (b)	536	856
Cheques Descontados (c)	672	610
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (d)	515	426
Outras (e)	85	65
Provisão para Garantias Prestadas	458	-
Provisão para Passivos Contingentes (f)	1.976	1.950
Total	6.108	12.669

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis R\$ 25 mil, custódia de valores R\$ 7 mil, comunicações R\$ 68 mil, segurança e vigilância R\$ 88, manutenção e conservação de bens R\$ 3 mil, transporte R\$ 45 mil, seguro R\$ 387 mil, plano de saúde R\$ 7 mil, compensação R\$ 126 mil, seguros a recolher R\$ 3 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 86 mil, outras R\$ 30 mil;

(b) A maior representatividade refere-se a cobranças em liquidação 147 mil, pendências R\$ 315 mil e outras R\$ 74 mil.

(c) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015;

(d) Refere-se a conta salário.

(e) Refere-se a cobrança e arrecadação de tributos e fornecedores;

(f) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2015		2014	
	Prov. p/ conting.	Depósitos judiciais	Prov. p/ conting.	Depósitos judiciais
PIS (a)	295	295	281	281
COFINS (a)	1.551	1.551	1.473	1.473
INSS	-	-	75	75
Outras (b)	130	245	121	275
Total	1.976	2.091	1.950	2.104

a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

b) Refere-se a processo de dano material.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CENTRO-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	61.926	51.931
Associados	25.148	21.398

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2014**, no valor de R\$ 5.047 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	18.517	13.249
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.214)	(631)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.303	12.618
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(9.517)	(6.940)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(865)	(631)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	6.921	5.047

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Receita de prestação de serviços	2.242	1.712
Despesas específicas de atos não cooperativos	(367)	(284)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(516)	(462)
Resultado não Operacional	(145)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.214	966
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.214	631

19. Juros ao Capital

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Juros ao Capital	7.389	5.121
IRRF sobre juros ao capital	(176)	(762)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(130)	(102)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.398)	-
Valor incorporado a conta capital	5.685	4.257

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas diversas	123	2.926
Rendas de repasses Delcredere	446	369
Rendas de Juros Cartão de Crédito	769	-
Rendas de Multa Cartão de Crédito	321	-
Dividendos (a)	1.165	-
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	259	-
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	78	-
Outras	15	992
Total	3.176	4.287

a) É referente ao recebimento das distribuição de sobras do Sicoob Central ES R\$ 871 mil, Recebimento de dividendos do Bancoob no valor de R\$ 294 mil.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Descontos concedidos - operações de crédito	25	627
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	-	146
Contribuição ao fundo Fraudes Externas	30	-
Contribuição ao fundo Perdas Operacionais	17	-
Cancelamento de tarifas pendentes	287	254
Bonificação de Seguro Prestamista	7	16
Correspondente Bancário	150	116
Passivos Contingentes	15	121
Fundo de Desenvolvimento (a)	587	2.657
Desconto Concedidos – Oper Créd – Crédito Pessoal	1.349	24
Provisão para garantias prestadas	458	-
Diversos	27	35
Total	2.952	3.996

a) Refere-se a Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo que objetiva disponibilizar recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento.

22. Resultado não operacional

Descrição	2015	2014
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	15	37
Outras Receitas Não Operacionais	88	74
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	-130	-40
Outras Despesas Não Operacionais	-118	-146
Resultado Líquido	-145	-75

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
5.449	0,35
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
4.917	1,87

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUID. DUVIDOSA)	% DA OP. DE CRÉD. EM RELAÇÃO À CART. TOTAL
Conta Corrente	303	(2)	2,00
Crédito Rural	2.557	(20)	1,57
Empréstimo	7.396	(41)	2,83
Títulos Descontados	1.123	(1)	3,24

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	833	1,52	-
Depósitos a Prazo	2.945	1,36	90% a 105% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis	1,70% a 4% a.m	1,70% a 4% a.m
Empréstimos	1,40% a 4,85% a.m.	1,40% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m.	1,25% a 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 16,20% a.a.	2,50% a 16,20% a.a.
Aplicação Financeira	90% a 105% CDI	90% a 105% CDI

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	856
Remuneração	379
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	30

24. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO - SICOOB CENTRO-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/01/2016, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRO-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CENTRO-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking),

Notas Explicativas (em 31/12/2015 e de 2014 | em milhares de R\$)

de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CENTRO-SERRANO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CENTRO-SERRANO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CENTRO-SERRANO** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2015**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 35.558 (trinta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	103.408	75.560
Margem de Compatibilização	45.420	32.321
Índice da Basileia	23,18%	22,72%
Margem de Imobilização	45.940	32.059

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRO-SERRANO**, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 35 mil.

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 31 de dezembro de 2015.

Rodrigo Calheiros de Oliveira **Jaqueline Timm Domingos** **Fábia Lorena Rosi Mantovanelli**
Diretor Executivo Diretora Operacional Contadora – CRC ES-013868/O-8
CPF: 007.928.797-24 CPF: 947.282.087-53 CPF:007.835.517-62

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 29 de fevereiro de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Santa Maria de Jetibá/ES, 29 de fevereiro de 2016.

Sigmar Miertschink
Coordenador do Conselho Fiscal

Rudson Franz Rudio
Secretário do Conselho Fiscal

Ederson Jacob
Conselheiro Fiscal - Efetivo

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO**

Santa Maria de Jetibá - ES

Prezados:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO SERRANO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO SERRANO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2016.



Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/0-O "S" ES
CNAI 1845